



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas
Departamento de Aquisições e Contratações

EDITAL

Nº do Processo: 010.00003095/2026-23

Interessado: Departamento de Aquisições e Contratações, Departamento de Infraestrutura Predial

Assunto: Aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual para atender as demandas da SCEIC.

Aviso de CONTRATAÇÃO DIRETA

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

990165

OBJETO

Aquisição de Equipamentos de proteção individual (EPI) para viabilizar as atividades da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria

Criativas

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 7.664,55 (sete mil seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/07/2026.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

As 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Sumário

- [1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA. 3](#)
- [2. REGISTRO DE PREÇOS. 3](#)
- [3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA. 3](#)
- [4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL. 6](#)
- [5. FASE DE LANCES. 7](#)
- [6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS. 8](#)
- [7. HABILITAÇÃO.. 13](#)
- [8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 14](#)
- [9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 14](#)
- [10. CONTRATAÇÃO.. 15](#)
- [11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. 17](#)
- [12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 20](#)

Torna-se público que o(a) **Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas**, por meio do(a) **Departamento de Aquisições e Contratações** realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do [art. 75, caput, II](#), da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), observando a disciplina do referido diploma legal, do [Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Data da sessão:

Horário da Fase de Lances: As 10h (horário de Brasília)

Link:

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global por Lote

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de Equipamentos de proteção individual (EPI) para viabilizar as atividades da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.1.1. Sendo estabelecido na documentação que compõe este Aviso que o objeto desta dispensa eletrônica contém mais de um item, será facultado ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1. Para todos os itens, a **participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007**, e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.3.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito

em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.5. O impedimento de que trata a alínea "c" acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos a cooperativas que atenderem ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), observando-se os limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma dispensa eletrônica, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o **preço**, vinculam o Contratado.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.8.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#); e

4.8.6. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da [Constituição Federal](#).

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item 4.9.1 subsequente](#).

4.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada na subdivisão anterior, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o fornecedor deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário relativo ao item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será aquele estabelecido no portal compras.gov para cada item em disputa.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere a subdivisão acima, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, considerando que o custo global estimado do objeto da dispensa eletrônica é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Aviso, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.4 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. Sicaf;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

6.4.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea "c", do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

6.5. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da [Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018](#), art. 29, *caput*, c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018](#), art. 29, § 1º, c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018](#), art. 29, § 2º, c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado que tenha sido definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta ou lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da

dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento da subdivisão acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação (art. 17, § 2º, do [Decreto estadual nº 68.304, de 2024](#)).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Aviso como Anexo.

10.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata o [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

10.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.4 deste Aviso.

10.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

10.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que

o integra como Anexo;

10.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

10.6. O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso durante a vigência da contratação.

10.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na documentação que integra este Aviso.

10.8 O adjudicatário terá o prazo de XX (XXX) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.8.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.8.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

10.8.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

10.8.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.8.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Aviso e seus Anexos e à sua proposta;

10.8.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da [Lei nº 8.078, de 1990](#), e princípios gerais dos contratos;

10.8.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos [arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.8.3.5. dos direitos da Administração previstos nos [arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.8.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

10.8.3.7. de que serão observados a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), e as vedações constantes do [Decreto estadual nº 68.829, de 2024](#), e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas subdivisões anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

a) Advertência pela falta do item 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa por qualquer das infrações dos itens 11.1.1 a 11.1.12, calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento;

b.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste instrumento, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações previstas nos itens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos casos dos itens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública ([art. 156, § 9º](#), da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa ([art. 156, § 7º](#), da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data

de sua intimação ([art. 157](#) da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º](#), da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º](#), da Lei nº 14.133, de 2021):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#) da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#) da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([art. 161](#) da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente Aviso com uma nova data;

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea "b" da subdivisão anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas "a" e "b" da subdivisão anterior também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: [e-mail: compras.cultura@sp.gov.br]

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: compras.cultura@sp.gov.br

12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em

nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

12.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável

ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

São Paulo, na data da assinatura digital.

Identificação e assinatura da autoridade competente

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº010.00003095/2026-23)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para viabilizar as atividades da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas conforme estabelecido na Lei Federal n. 14.133/2021, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Tabela 1. Equipamentos de Proteção Individual - Descartáveis.

Lote 1. Valor Total do lote1 - R\$ 3.086,68 (três mil, oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos)

ITEM	MATERIAL/OBJETO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. BEC/SIAFISICO	COD SISTEMA DE COMPRAS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Mascara de Proteção Descartável	Máscara de proteção descartável, confeccionado em 100% polipropileno, medindo aproximadamente 0,80 x 0,20 M; com tripla camada (duas camadas externas e uma camada interna com filtro bacteriano e gramatura de 30), elástico revestido em toda a sua extensão facilitando assim sua colocação, de uso individual, não estéril; rotulagem respeitando a legislação atual.	Caixa com 50 unidades		485532	20	R\$11,70	R\$234,00
2	Avental Descartável	Avental Descartável em Não Tecido (TNT), laminado, gramatura mínima de 30 Gr; acabamento em perfeito estado; impermeável; respirável; maleável; livre de furos; atóxico; hipoalergênico; manga longa, punho ajustável em malha, velcro ou similar; medindo 120 x140 Cm (CXL); decote com viés; fechamento posterior por tira ou fitilho no pescoço e nacintura; não estéril; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto e devesa obedecer a legislação vigente	PACOTE COM 10 UNIDADES		481354	20	R\$46,11	R\$922,20

3	Luva Tamanho G	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No ; Na Cor Tamanho Grande Azul; para Proteção de Usuário de Agentes Químicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro; Devera Resistir a Produtos Químicos; Acabamento Livre de Latex, Sem Talco, Ambidestra, Com Sensibilidade Tatil e Dedos Microtexturizados; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Abnt Nbr Iso 374 1: 2018, Bs En 16523-1: 2015+a1:2018, Din En 420/2010 + A1:2009 Iso 37; Devera Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego Valido	Caixa c/ 100 unidades	6321453	208549	24	R\$ 19,47	R\$ 467,28
4	Luva Tamanho M	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No ; Na Cor Tamanho Médio Azul; para Proteção de Usuário de Agentes Químicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro;	Caixa c/ 100 unidades	6234275	208580	24	R\$ 23,24	R\$ 557,84
5	Luva Tamanho GG	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No; Na Cor Tamanho GG Azul; para Proteção de Usuário de Agentes Químicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro; Devera Resistir a Produtos Químicos; Acabamento Livre de Latex, Sem Talco, Ambidestra, Com Sensibilidade Tatil e Dedos Microtexturizados; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Abnt Nbr Iso 374- 1: 2018, Bs En 16523-1: 2015+a1:2018, Din En 420/2010 + A1:2009 Iso 37; Devera Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego Valido	Caixa c/ 100 unidades	6234283	208613	24	R\$ 22,44	R\$ 538,56
6	Luva de Vinil M	Luva para Procedimento; Em Vinil; Com Textura Uniforme, sem Falhas e Com Espessura de 0,13 Mm; Semidescartavel; Não Talcada; No Tamanho Médio; Transparente; Com Punho Acabado de Mesmo Material Que a Luva; Cano Com 24 Cm de Comprimento; Sem Forro; para Proteção de Usuário Contra Agentes Biológicos, Sem Restrição para Fluidos Corporais; Embalado Em Material Adequado Que Garanta a Integridade do Produto Até o Uso; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e Respeitando a Legislação Vigente;	Caixa c/ 100 unidades	6052665	405574	20	R\$ 18,34	R\$ 366,80

Tabela 2. Equipamentos de Proteção Individual – Não Descartáveis. Lote 2.

Valor Total do lote 2 - R\$ 2.028,16 (dois mil, vinte e oito reais e dezesseis centavos)

ITEM	MATERIAL/OBJETO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	COD. BEC/SIAFISICO	COD. SISTEMA COMPRAS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
------	-----------------	-----------	-------------------	--------------------	----------------------	------------	----------------	----------------------

1	Capacete de Segurança modelo 3M H700 - CA 29637 (com Jugular)	Capacete de Segurança; Com Casco Confeccionado Em Polietileno de Alta Densidade; Modelo Aba Frontal , Na Cor Branca; No Tamanho Unico, Tira de Absorcao de Calor Com 6 Pontos de Sustentacao a Carneira e Jugular; Suspensao Da Armacao Interna Composta de Cinta Dupla de Poliamida; Antialergica; Confeccionadas Em Polietileno e Poliamida; Tira Absorvente Removivel, Lavavel e Substituivel; Com Tira Jugular Ajustavel; Sem Tira Na Nuca; Classe b Tipo Ii; Protecao Contra Impactos de Objetos Sobre o Cranio e Contra Choques Eletricos; Com Certificado de Aprovacao Válido do Ministerio do Trabalho e Emprego; Suas Condicoes Deverao Atender Plenamente a Norma Norma Nbr 8221/2003;	UNID.	6154859	384719	12	R\$ 84,83	R\$ 1.017,96
2	Protetor Auricular CA 5745	EM SILICONE;TIPO: PROTETOR AURICULAR;DEFINE MEDIDAS: TAMANHO UNICO; COMPLEMENTOS: MOLDAVEL; ACESSORIOS: ACOMPANHA CAIXA PARA TRANSPORTE;	PAR	5439400	618290	120	R\$ 4,80	R\$ 576,00
3	Óculos de segurança - CA 42719	Oculos de Protecao; Destinado para Serviços Gerais; Composto de Armacao, Lente e Haste Elastica; Com Armacao Em Polipropileno; Com Hastes Em Elastico; Haste Fixada Atraves de Fivela; Lente Devera Ser Em Policarbonato; Resistente a Impactos de Particulas Volantes, respingo de Liquidos e Poeira; Com Capacidade de Absorber No Minimo 99,9% de Raio Uva e Uvb; o Oculos Devera Proporcionar Visao Panoramica e Periférica; Com Lente Na Cor Incolor; Embalado Individualmente Em Embalagem Que Garanta a Integralidade do Produto; Com Garantia Total de No Minimo 12 Meses; e Suas Condicoes Deverao Atender a Norma Ansi /isea Z87.1-2015;	UNID	5992966	601715	24	R\$ 18,09	R\$ 434,16

Tabela 3. Equipamentos de Proteção Individual – Não Descartáveis entrega imediata com numeração específica. Lote 3. Valor Total do lote 3 - R\$ 2.554,80 (dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos)

ITEM	Material / Objeto	Descrição	Unidade de Medida	Código BEC / SIAFISICO	Código Sistema Compras	Quantidade	Preço Unitário	Valor total
1	Bota de Segurança CA 11895	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Nobuck Hidrofugado; Cor Café; Modelo Unissex; Fechamento Com Cadarço Redondo Em Poliester Na Cor Café, Com Pondeira Resinada; Cano Curto; Solado Em Bidensidde Pu/tpu; Solado Injetado Diretamente No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Aramida Antiperfurante; Palmilha Higiênica Antibacteriana; Biqueira Em Composite Com 200j; Atendendo Exigencia de Segurança Conforme Nbr 20345, 20346;	PAR	6525377	271150	12	R\$212,90	R\$2.554,80

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados do recebimento da nota de empenho pelo contratado conforme estabelecido em contrato e contemplando a Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.5. A entrega dos Equipamentos de Proteção Individual será realizada exclusivamente pela contratada, incluindo todos os custos de logística, transporte, frete, carga e descarga, sem qualquer ônus para a Secretaria, devendo tais despesas estar contempladas nos preços ofertados.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3. Considerando a natureza da demanda e o baixo valor estimado da contratação, observa-se que a mesma se enquadra nas hipóteses de dispensa de licitação previstas no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta para aquisição de bens e serviços comuns cujo valor seja inferior aos limites legais estabelecidos.

Adicionalmente, a contratação mostra-se necessária para atender às demandas do setor, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais, não sendo possível sua postergação sem prejuízo ao interesse público. Ressalta-se que, embora não prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, a necessidade é superveniente e devidamente justificada, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A presente contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com as boas práticas de gestão pública e com a legislação vigente, visando à redução de impactos ambientais, ao uso racional de recursos e à promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito da Administração, sem prejuízo da segurança e da eficácia dos Equipamentos de Proteção Individual.

Equipamentos de Proteção Individual – EPIs

4.2. No que se refere aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) descartáveis, tais como luvas e máscaras, deverão ser observadas, sempre que tecnicamente viável, características que minimizem impactos ambientais, incluindo matérias-primas menos agressivas ao meio ambiente, embalagens otimizadas ou recicláveis e atendimento às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, assegurando proteção adequada aos usuários.

4.3. Quanto aos EPIs não descartáveis e padronizados, como capacetes de segurança, deverão ser priorizados produtos que atendam aos requisitos de qualidade, durabilidade, resistência e conformidade com normas técnicas vigentes, de modo a garantir a proteção dos servidores e a prolongar a vida útil dos equipamentos. Esses itens serão fornecidos em entrega única, considerando sua padronização e uso continuado.

4.4. Em relação às botas de segurança, o fornecimento deverá ocorrer de forma imediata com numeração específica de cada servidor, conforme a demanda da Administração. As entregas serão realizadas mediante solicitação, observados os prazos, especificações técnicas e quantitativos definidos, garantindo conforto, segurança e conformidade com as normas aplicáveis.

Logística Reversa e Destinação Ambientalmente Adequada

4.5. Sempre que os produtos ou suas embalagens estiverem abrangidos por sistemas de logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), caberá à contratada assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, sem ônus adicional para a Administração.

De forma complementar, deverão ser priorizados fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis em seus processos produtivos e logísticos, contribuindo para a redução dos impactos ambientais associados ao fornecimento dos EPIs.

Garantia da Contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Das Propostas

4.7. As propostas deverão ser apresentadas por lote, devendo cada licitante ofertar todos os itens que compõem o respectivo lote, nas quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

4.8. Para fins de análise de conformidade técnica, a proposta deverá conter, para cada item, descrição clara e objetiva do EPI ofertado, compatível com as especificações técnicas exigidas, permitindo a verificação do atendimento integral às condições estabelecidas pela Administração.

4.9. Sempre que pertinente, o licitante deverá informar marca, modelo e/ou referência comercial do produto ofertado, de forma a possibilitar sua adequada identificação e a análise de compatibilidade com os requisitos técnicos definidos.

4.10. Com o objetivo de subsidiar a análise técnica das propostas, poderá ser exigida a apresentação de catálogos, prospectos, fichas técnicas e/ou imagens ilustrativas dos EPIs ofertados, admitindo-se documentos extraídos de sites oficiais dos fabricantes ou distribuidores. As imagens terão caráter meramente ilustrativo, sem prejuízo da análise técnica baseada nas especificações exigidas.

4.11. A ausência de informações suficientes que impeça a verificação do atendimento às especificações técnicas poderá ensejar a desclassificação da proposta, assegurada, quando cabível, a possibilidade de realização de diligência para esclarecimentos, nos termos da legislação vigente.

4.12. O julgamento das propostas será realizado com base no valor global do lote, observados o atendimento integral às especificações técnicas, a adequação das informações apresentadas e a aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme critérios definidos neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

4.13. A Administração disponibilizará modelo de formulário para apresentação das propostas, em formato Word e/ou Excel, com o objetivo de padronizar as informações e facilitar a análise, sem prejuízo do cumprimento das exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 7 (sete) dias, contados do recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no instrumento convocatório pela contratada, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Mauá, 51, Luz, São Paulo/SP, cep 01028-900, de segunda à sexta-feira, horário comercial, das 09:00 às 17:00.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo (s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento
- c) dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) der causa à inexecução total do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade

com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no instrumento convocatório pela contratada.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao Sicaf ou, na on-line impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

8.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do

pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério DISPENSA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de Habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 9, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas.

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

9.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação total é de R\$ 7.669,64 (sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), distribuídos nos seguintes lotes:

Lote 1 – Equipamentos de Proteção Individual - Descartáveis, no valor total de 3.086,68 (três mil, oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos);

Lote 2 – Equipamentos de Proteção Individual – Não Descartáveis, no valor total de R\$ 2.028,16 (dois mil, vinte e oito reais e dezesseis centavos); e

Lote 3 – Equipamentos de Proteção Individual – Não Descartáveis entrega imediata com numeração específica., no valor total de R\$ 2.554,80 (dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas.

O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no

Orçamento do Estado.

11.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 00001/120122;

Fonte de Recursos: 150010001;

Programa de Trabalho:13392122357270000;

Elemento de Despesa: 339030;

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro (s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

São Paulo, 15 de maio de 2026.
Roberto Eiitiro Yamaguchi
Identificação e assinatura do servidor responsável

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 010.00003095/2026-23

2. Descrição da necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de garantir condições adequadas de segurança, às unidades administrativas da Secretaria, saúde ocupacional e apoio material por meio da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, indispensáveis ao desenvolvimento regular e contínuo das atividades institucionais, tanto em ambientes internos quanto em atividades externas.

Destaca-se, em especial, a demanda da unidade responsável pela execução dos serviços arquivísticos, objeto do Processo nº 010.00007072/2024-26, cujas atividades compreendem a higienização, desmetalização e acondicionamento de documentos de caráter histórico e de guarda permanente, produzidos no âmbito das atividades da DPPC. Tais rotinas técnicas exigem o uso adequado e permanente de equipamentos de proteção, em razão da exposição a agentes particulados, poeira, fungos e outros fatores de risco inerentes ao manuseio de acervos documentais.

A necessidade de EPIs estende-se, igualmente, às demais unidades administrativas da Secretaria, em especial àquelas que realizam atividades externas e vistorias em campo, como o Departamento de Infraestrutura Predial, cujas atribuições envolvem inspeções técnicas, acompanhamento de obras, serviços de manutenção e avaliações em ambientes com condições potencialmente insalubres ou de risco. Nessas situações, o uso de equipamentos de proteção adequados constitui medida essencial para a mitigação de riscos ocupacionais e para a preservação da integridade física dos servidores.

Considerando as características dos equipamentos necessários, bem como as diferentes formas de uso e consumo, a contratação foi estruturada em três lotes, com vistas a assegurar racionalidade administrativa, eficiência logística e adequada execução contratual:

Lote 1 – Equipamentos de proteção descartáveis, destinados a atividades de uso temporário ou de curta duração, que demandam consumo imediato;

Lote 2 – Equipamentos de proteção não descartáveis, destinados a uso contínuo e prolongado pelos servidores no desempenho de suas atividades;

Lote 3 – Botas de segurança, item de uso individualizado, cuja aquisição depende da numeração específica dos usuários.

Os Lotes 1 e 2, por contemplarem materiais padronizados e de uso comum às diversas unidades administrativas, deverão ser fornecidos com entrega imediata, de modo a assegurar a pronta disponibilização dos equipamentos necessários ao adequado desempenho das atividades institucionais ao longo do exercício de 2026.

O Lote 3 – Botas de segurança, por sua vez, será objeto de fornecimento parcelado, sob demanda, mediante solicitação formal da Administração, em função da necessidade de observância da numeração específica dos servidores que irão utilizá-las. Ressalta-se que o quantitativo estimado para esse lote foi dimensionado com base na demanda global da Secretaria, garantindo previsibilidade administrativa, atendimento adequado das necessidades e observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

Nesse contexto, a contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade das atividades administrativas, técnicas e operacionais, bem como para garantir condições seguras de trabalho aos servidores envolvidos, especialmente em atividades que envolvem riscos ocupacionais. A modelagem adotada, com divisão por lotes e regimes distintos de fornecimento, atende às peculiaridades do objeto e contribui para a execução eficiente e responsável da política de segurança do trabalho da Secretaria.

Dessa forma, a presente descrição da necessidade evidencia o interesse público envolvido, fundamentando a realização do procedimento licitatório e a classificação da demanda como relevante no planejamento das contratações da Administração para o exercício de 2026.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Aquisições e Contratações	Roberto Eiitiro Yamaguchi

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar requisitos que assegurem o fornecimento adequado, padronizado e compatível com as necessidades das unidades administrativas da Secretaria, abrangendo o suporte às atividades administrativas, técnicas e operacionais, conforme diretrizes estabelecidas no planejamento da contratação para o exercício de 2026.

Os bens a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas, observadas, quando aplicáveis, as normas técnicas vigentes, bem como os padrões mínimos de qualidade, segurança, acondicionamento, durabilidade e adequação à finalidade de uso, de modo a garantir a proteção dos usuários e a eficiência das atividades desenvolvidas.

A contratação será estruturada por lotes (grupos de itens), sendo exigido o fornecimento integral de todos os itens que compõem cada lote, nas quantidades estimadas definidas para fins de planejamento e licitação. A composição dos lotes e os respectivos quantitativos possuem caráter fixo para efeito de disputa e adjudicação, cabendo à empresa contratada o cumprimento integral das condições estabelecidas no instrumento convocatório e no Termo de Referência.

Não será admitido o fornecimento parcial de itens integrantes de um mesmo lote, de modo a assegurar a uniformidade, compatibilidade técnica e padronização dos materiais fornecidos, bem como a adequada execução das atividades desenvolvidas pelas unidades demandantes.

Prazo e Condições de Entrega

Considerando as características dos bens a serem adquiridos e as distintas formas de utilização dos equipamentos, o fornecimento será realizado sob dois regimes de entrega, conforme o lote contratado:

Entrega imediata

Os materiais integrantes dos , correspondentes aos equipamentos Lotes 1 e 2 de proteção descartáveis e não descartáveis de uso comum, deverão ser entregues de forma imediata, em parcela única, no prazo máximo de até 07 (sete) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, contrato ou instrumento equivalente, conforme disposto no instrumento convocatório.

O cumprimento do prazo de entrega constitui requisito essencial da contratação, considerando a relevância desses materiais para o regular desenvolvimento das atividades institucionais das unidades demandantes.

Entrega parcelada sob demanda

O Lote 3, referente às botas de segurança, será fornecido de forma parcelada, sob demanda, mediante solicitação formal da Administração, em razão da necessidade de adequação da numeração individual dos servidores usuários. Cada solicitação deverá observar os prazos e condições de entrega definidos no Termo de Referência, respeitado o quantitativo máximo estimado previsto na contratação.

Justificativa para Adoção da Contratação por Lotes e do Fornecimento Parcelado por Demanda

A opção pela contratação por lotes decorre de critérios de racionalização administrativa, eficiência operacional e aprimoramento da gestão contratual, em substituição à contratação individualizada por item.

A organização dos itens em grupos considerou a afinidade técnica, a natureza dos materiais e sua utilização correlata nas rotinas administrativas, técnicas e operacionais das unidades, conforme detalhamento constante dos quadros que integram a presente contratação, nos quais os itens foram agrupados de forma funcional e coerente.

A exigência de apresentação de proposta para o fornecimento integral dos itens que compõem cada lote tem por objetivo:

- reduzir a pulverização excessiva de fornecedores;
- simplificar a gestão, fiscalização e acompanhamento contratual;
- minimizar riscos de descontinuidade no fornecimento;
- assegurar maior padronização dos materiais utilizados;
- facilitar os procedimentos administrativos de liquidação e pagamento.

No que se refere especificamente ao Lote 3 – Botas de segurança, a adoção do fornecimento parcelado sob demanda justifica-se pela necessidade de observância da numeração específica dos usuários, o que inviabiliza o fornecimento integral e imediato desse item. Tal modelagem assegura maior adequação do material à finalidade de uso, evita desperdícios e contribui para a economicidade da contratação, sem comprometer o planejamento, uma vez que o quantitativo estimado foi dimensionado para atender à demanda global da Secretaria durante a vigência contratual.

A adoção da contratação por lotes, bem como a previsão de regimes distintos de fornecimento, não compromete a competitividade do certame, uma vez que os grupos foram estruturados de forma técnica, proporcional e compatível com a capacidade de atendimento do mercado, preservando os princípios da isonomia, da eficiência e da economicidade.

Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, em dias e horários previamente definidos no Termo de Referência e nos instrumentos da contratação, observadas as condições operacionais das unidades receptoras.

Os foram definidos quantitativos estimados e as especificações técnicas com base no consumo histórico das unidades, na projeção da demanda para o exercício de 2026 e na ampliação do atendimento para todas as unidades da Secretaria.

A relação detalhada dos itens, contendo descrição individualizada, códigos, unidades de medida, quantitativos e valores estimados, encontra-se consolidada nos quadros que integram a presente contratação, assegurando transparência, planejamento e adequada instrução do processo.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado a partir da análise dos preços e condições praticados por fornecedores do segmento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, considerando que os itens objeto da contratação configuram-se como bens comuns, padronizados e amplamente comercializados no mercado, com oferta regular por empresas especializadas no fornecimento desse tipo de material.

A pesquisa concentrou-se na verificação da compatibilidade dos valores, da disponibilidade dos itens e da adequação às especificações técnicas definidas, contemplando tanto equipamentos de proteção descartáveis, quanto não descartáveis e de uso individualizado. No curso da análise, não foram identificadas soluções alternativas que se mostrassem técnica ou economicamente mais vantajosas para o atendimento da necessidade, tampouco modelos de fornecimento distintos que agregassem benefícios relevantes em relação à solução proposta.

Verificou-se que a aquisição dos EPIs por meio de procedimento licitatório, estruturada por lotes de itens tecnicamente afins, reflete prática usual de mercado, favorece a competitividade, assegura padronização dos materiais e contribui para maior eficiência na gestão contratual.

No que se refere às botas de segurança, constatou-se que o mercado admite, de forma recorrente, o fornecimento parcelado sob demanda, em razão da necessidade de adequação da numeração ao usuário final, sendo essa sistemática compatível com as práticas comerciais adotadas pelos fornecedores e adequada às necessidades da Administração.

Adicionalmente, não foram identificadas alternativas internas suficientes para suprir de forma continuada e planejada a demanda das unidades administrativas, o que reforça a necessidade de contratação externa para atendimento integral das atividades previstas para o exercício de 2026.

Dessa forma, considerando os valores observados, a organização dos itens por lotes, os regimes de fornecimento definidos e as condições praticadas no mercado, conclui-se que a aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual, nos quantitativos estimados e nas condições estabelecidas no planejamento da contratação, representa a solução mais adequada, eficiente e alinhada ao interesse público, atendendo às necessidades das unidades demandantes e às diretrizes da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

A solução adotada consiste na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e demais, organizados materiais de uso comum por lotes de itens tecnicamente afins, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos no planejamento da contratação, com a finalidade de atender, de forma adequada e contínua, às necessidades das unidades administrativas da Secretaria ao longo do exercício de 2026.

Os itens demandados caracterizam-se como bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, não exigindo customização, desenvolvimento específico ou adoção de soluções alternativas. Os materiais atendem plenamente aos requisitos técnicos, normativos

e operacionais necessários ao desempenho das atividades administrativas, técnicas, operacionais, bem como às rotinas especializadas relacionadas às atividades arquivísticas e às ações externas realizadas pelas unidades da Secretaria.

A estruturação da contratação por lotes foi definida como solução mais eficiente para garantir a padronização dos materiais fornecidos, facilitar a gestão, a fiscalização e o acompanhamento contratual, além de mitigar riscos relacionados à descontinuidade do fornecimento e à dispersão excessiva de fornecedores.

Considerando as características dos itens e as formas de utilização previstas, a solução contempla regimes distintos de fornecimento, de modo a assegurar adequação logística e eficiência administrativa:

os lotes compostos por materiais de proteção descartáveis e não descartáveis de uso comum serão fornecidos com entrega imediata, assegurando a pronta disponibilização dos itens necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais;

o lote referente às botas de segurança será fornecido de forma parcelada, sob demanda, em razão da necessidade de adequação da numeração ao perfil individual dos servidores usuários, respeitado o quantitativo total estimado previsto para a vigência da contratação.

Essa modelagem permite conciliar a necessidade de disponibilização tempestiva dos materiais com a flexibilidade requerida para itens de uso individualizado, assegurando eficiência na aplicação dos recursos públicos, adequação técnica do fornecimento e regularidade na execução das atividades das unidades demandantes.

Dessa forma, a aquisição dos materiais especificados, organizada por lotes e com regimes de fornecimento compatíveis com a natureza dos itens, apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e alinhada às práticas de mercado, atendendo às necessidades institucionais da Secretaria, ao planejamento da contratação e ao interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base em levantamento técnico realizado junto às unidades demandantes, considerando as características das atividades administrativas, técnicas, operacionais e externas desenvolvidas no âmbito da Secretaria, bem como a projeção das necessidades para o exercício de 2026, incluindo a ampliação do atendimento para todas as unidades administrativas.

O dimensionamento dos quantitativos levou em conta o perfil de utilização dos materiais, a natureza dos Equipamentos de Proteção Individual a serem adquiridos, o volume estimado de servidores envolvidos nas atividades que demandam uso de EPI e a necessidade de garantir fornecimento compatível com o consumo previsto, de modo a assegurar regularidade no atendimento, sem prejuízo aos princípios da eficiência, economicidade e racionalidade administrativa.

No caso dos materiais de proteção descartáveis e não descartáveis de uso comum, integrantes dos Lotes 1 e 2, os quantitativos estimados refletem a necessidade de disponibilização imediata dos itens para atendimento das rotinas administrativas, técnicas e operacionais ao longo do período de vigência da contratação.

Em relação ao Lote 3 – Botas de segurança, os quantitativos foram dimensionados com base na demanda global estimada da Secretaria, considerando o fornecimento sob demanda, em função da numeração individual dos usuários, respeitando-se o limite máximo previsto no planejamento, o que assegura flexibilidade logística e adequada alocação dos recursos públicos.

Para fins de planejamento, transparência e controle, os quantitativos estimados encontram-se consolidados em quadros específicos, contendo a descrição dos itens, unidades de medida e quantidades totais previstas, os quais refletem as necessidades identificadas e a solução adotada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar.

Segue os quadros:

Quadro 1. EPI Descartáveis – Entrega imediata. Lote 1.

ITEM	MATERIAL/OBJETO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. BEC/SIAFÍSICO	COD SISTEMA DE COMPRAS	QUANTIDADE
1	Mascara de Proteção Descartável	Máscara de proteção descartável, confeccionado em 100% polipropileno, medindo aproximadamente 0,80 x 0,20 M; com tripla camada (duas camadas externas e uma camada interna com filtro bacteriano e gramatura de 30), elástico revestido em toda a sua extensão facilitando assim sua colocação, de uso individual, não estéril; rotulagem respeitando a legislação atual.	Caixa com 50 unidades		485532	20
2	Avental Descartável	Avental Descartável em Não Tecido (TNT), laminado, gramatura mínima de 30 Gr; acabamento em perfeito estado; impermeável; respirável; maleável; livre de furos; atóxico; hipoalergênico; manga longa, punho ajustável em malha, velcro ou similar; medindo 120 x140 Cm (CXL); decote com viés; fechamento posterior por tira ou fitilho no pescoço e nacintura; não estéril; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto e devesa obedecer a legislação vigente	PACOTE COM 10 UNIDADES		481354	20
3	Luva Tamanho G	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrílica; No ; Na Cor Tamanho Grande Azul; para Protecão de Usuario de Agentes Quimicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro; Devesa Resistir a Produtos Quimicos; Acabamento Livre de Latex, Sem Talco, Ambidestra, Com Sensibilidade Tatil e Dedos Microtexturizados; e Suas Condições Devesa Atender a Norma Abnt Nbr Iso 374 1: 2018, Bs En 16523-1: 2015+a1:2018, Din En 420/2010 + A1:2009 Iso 37; Devesa Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego Valido	Caixa c/ 100 unidades	6321453	208549	24

4	Luva Tamanho M	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No ; Na Cor Tamanho Médio Azul; para Proteção de Usuário de Agentes Químicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro;	Caixa c/ 100 unidades	6234275	208580	24
5	Luva Tamanho GG	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No; Na Cor Tamanho GG Azul; para Proteção de Usuário de Agentes Químicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro; Devera Resistir a Produtos Químicos; Acabamento Livre de Latex, Sem Talco, Ambidestra, Com Sensibilidade Tátil e Dedos Microtexturizados; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Abnt Nbr Iso 374- 1: 2018, Bs En 16523-1: 2015+a1:2018, Din En 420/2010 + A1:2009 Iso 37; Devera Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego Valido	Caixa c/ 100 unidades	6234283	208613	24
6	Luva de Vinil M	Luva para Procedimento; Em Vinil; Com Textura Uniforme, sem Falhas e Com Espessura de 0,13 Mm; Semidescartavel; Nao Talcada; No Tamanho Medio; Transparente; Com Punho Acabado de Mesmo Material Que a Luva; Cano Com 24 Cm de Comprimento; Sem Forro; para Proteção de Usuário Contra Agentes Biológicos, Sem Restrição para Fluidos Corporais; Embalado Em Material Adequado Que Garanta a Integridade do Produto Até o Uso; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e Respeitando a Legislação Vigente;	Caixa c/ 100 unidades	6052665	405574	20

Quadro 2. EPI Não Descartáveis – Entrega imediata. Lote 2.

ITEM	MATERIAL/OBJETO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	COD. BEC/SIAFISICO	COD. SISTEMA COMPRAS	QUANTIDADE
1	Capacete de Segurança modelo 3M H700 - CA 29637 (com Jugular)	Capacete de Segurança; Com Casco Confeccionado Em Polietileno de Alta Densidade; Modelo Aba Frontal , Na Cor Branca; No Tamanho Unico, Tira de Absorcao de Calor Com 6 Pontos de Sustentacao a Carneira e Jugular; Suspensao Da Armacao Interna Composta de Cinta Dupla de Poliamida; Antialergica; Confeccionadas Em Polietileno e Poliamida; Tira Absorvente Removivel, Lavavel e Substituivel; Com Tira Jugular Ajustavel; Sem Tira Na Nuca; Classe b Tipo Ii; Proteção Contra Impactos de Objetos Sobre o Cranio e Contra Choques Eletricos; Com Certificado de Aprovação Válido do Ministério do Trabalho e Emprego; Suas Condições Deverão Atender Plenamente a Norma Norma Nbr 8221/2003;	UNID.	6154859	384719	12
2	Protetor Auricular CA 5745	EM SILICONE;TIPO: PROTETOR AURICULAR;DEFINE MEDIDAS: TAMANHO UNICO; COMPLEMENTOS: MOLDAVEL; ACESSORIOS: ACOMPANHA CAIXA PARA TRANSPORTE;	PAR	5439400	618290	120
3	Óculos de segurança - CA 42719	Oculos de Proteção; Destinado para Serviços Gerais; Composto de Armacao, Lente e Haste Elastica; Com Armacao Em Polipropileno; Com Hastes Em Elastico; Haste Fixada Atraves de Fivela; Lente Devera Ser Em Policarbonato; Resistente a Impactos de Particulas Volantes, respingo de Líquidos e Poeira; Com Capacidade de Absorver No Mínimo 99,9% de Raio Uva e Uvb; o Oculos Devera Proporcionar Visao Panorâmica e Periférica; Com Lente Na Cor Incolor; Embalado Individualmente Em Embalagem Que Garanta a Integralidade do Produto; Com Garantia Total de No Mínimo 12 Meses; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Ansi /isea Z87.1-2015;	UNID	5992966	601715	24

Quadro 3. EPI Não Descartáveis – Entrega parcelada. Lote 3.

ITEM	Material / Objeto	Descrição	Unidade de Medida	Código BEC / SIAFISICO	Código Sistema Compras	Quantidade
------	-------------------	-----------	-------------------	------------------------	------------------------	------------

1	Bota de Segurança CA 11895	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Nobuck Hidrofugado; Cor Café; Modelo Unissex; Fechamento Com Cadarço Redondo Em Poliéster Na Cor Café, Com Pondeira Resinada; Cano Curto; Solado Em Bidensidde Pu/tpu; Solado Injetado Diretamente No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Aramida Antiperfurante; Palmilha Higiênica Antibacteriana; Biqueira Em Composite Com 200j; Atendendo Exigencia de Segurança Conforme Nbr 20345, 20346;	PAR	6525377	271150	12
---	----------------------------	---	-----	---------	--------	----

Dessa forma, a estimativa apresentada mostra-se adequada, proporcional e suficiente para atender às demandas das unidades administrativas da Secretaria, assegurando a continuidade das atividades institucionais, a segurança dos servidores e a adequada execução das ações previstas para o exercício de 2026, em consonância com o planejamento da contratação e o interesse público.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.669,64

Valor estimado total: R\$ 7.669,64 (sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos quantitativos definidos para os insumos, EPI descartáveis e não descartáveis e demais itens necessários ao atendimento das unidades demandantes, conforme especificações e quantidades detalhadas nas planilhas anexas ao processo. O valor estimado considera a descrição individualizada de cada item, suas respectivas unidades de fornecimento e os quantitativos compatíveis com a demanda identificada.

Em razão da organização do objeto por lotes, os valores globais estimados ficaram assim distribuídos:

Lote 1 – EPI Descartáveis – Entrega imediata, no valor total de R\$ 3.086,68 (três mil, oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos);

ITEM	MATERIAL/OBJETO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. BEC/SIAFISICO	COD SISTEMA DE COMPRAS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Mascara de Proteção Descartável	Máscara de proteção descartável, confeccionado em 100% polipropileno, medindo aproximadamente 0,80 x 0,20 M; com tripla camada (duas camadas externas e uma camada interna com filtro bacteriano e gramatura de 30), elástico revestido em toda a sua extensão facilitando assim sua colocação, de uso individual, não estéril; rotulagem respeitando a legislação atual.	Caixa com 50 unidades		485532	20	R\$11,70	R\$234,00
2	Avental Descartável	Avental Descartável em Não Tecido (TNT), laminado, gramatura mínima de 30 Gr; acabamento em perfeito estado; impermeável; respirável; maleável; livre de furos; atóxico; hipoalergênico; manga longa, punho ajustável em malha, velcro ou similar; medindo 120 x140 Cm (CXL); decote com viés; fechamento posterior por tira ou fitilho no pescoço e nacintura; não estéril; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto e devesa obedecer a legislação vigente	PACOTE COM 10 UNIDADES		481354	20	R\$46,11	R\$922,20
3	Luva Tamanho G	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No; Na Cor Tamanho Grande Azul; para Proteção de Usuario de Agentes Quimicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro; Devesa Resistir a Produtos Quimicos; Acabamento Livre de Latex, Sem Talco, Ambidestra, Com Sensibilidade Tatil e Dedos Microtexturizados; e Suas Condições Devesa Atender a Norma Abnt Nbr Iso 374 1: 2018, Bs En 16523-1: 2015+a1:2018, Din En 420/2010 + A1:2009 Iso 37; Devesa Ter Certificado de Aprovação do Ministerio do Trabalho e Emprego Valido	Caixa c/ 100 unidades	6321453	208549	24	R\$ 19,47	R\$ 467,28

4	Luva Tamanho M	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No ; Na Cor Tamanho Médio Azul; para Proteção de Usuário de Agentes Químicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro;	Caixa c/ 100 unidades	6234275	208580	24	R\$ 23,24	R\$ 557,84
5	Luva Tamanho GG	Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No; Na Cor Tamanho GG Azul; para Proteção de Usuário de Agentes Químicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro; Devera Resistir a Produtos Químicos; Acabamento Livre de Latex, Sem Talco, Ambidestra, Com Sensibilidade Tatil e Dedos Microtexturizados; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Abnt Nbr Iso 374- 1: 2018, Bs En 16523-1: 2015+a1:2018, Din En 420/2010 + A1:2009 Iso 37; Devera Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego Valido	Caixa c/ 100 unidades	6234283	208613	24	R\$ 22,44	R\$ 538,56
6	Luva de Vinil M	Luva para Procedimento; Em Vinil; Com Textura Uniforme, sem Falhas e Com Espessura de 0,13 Mm; Semidescartavel; Não Talcada; No Tamanho Médio; Transparente; Com Punho Acabado de Mesmo Material Que a Luva; Cano Com 24 Cm de Comprimento; Sem Forro; para Proteção de Usuário Contra Agentes Biológicos, Sem Restrição para Fluidos Corporais; Embalado Em Material Apropriado Que Garanta a Integridade do Produto Ate o Uso; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e Respeitando a Legislação Vigente;	Caixa c/ 100 unidades	6052665	405574	20	R\$ 18,34	R\$ 366,80

Lote 2 – EPI Não Descartáveis – Entrega imediata total de R\$ 2.028,16 (dois mil, vinte e oito reais e dezesseis centavos);

ITEM	MATERIAL/OBJETO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	COD. BEC/SIAFISICO	COD. SISTEMA COMPRAS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Capacete de Segurança modelo 3M H700 - CA 29637 (com Jugular)	Capacete de Segurança; Com Casco Confeccionado Em Polietileno de Alta Densidade; Modelo Aba Frontal , Na Cor Branca; No Tamanho Unico, Tira de Absorcao de Calor Com 6 Pontos de Sustentacao a Carneira e Jugular; Suspensao Da Armacao Interna Composta de Cinta Dupla de Poliamida; Antialergica; Confeccionadas Em Polietileno e Poliamida; Tira Absorvente Removivel, Lavavel e Substituivel; Com Tira Jugular Ajustavel; Sem Tira Na Nuca; Classe b Tipo li; Proteção Contra Impactos de Objetos Sobre o Cranio e Contra Choques Eletricos; Com Certificado de Aprovação Válido do Ministério do Trabalho e Emprego; Suas Condições Deverão Atender Plenamente a Norma Norma Nbr 8221/2003;	UNID.	6154859	384719	12	R\$ 84,83	R\$ 1.017,96
2	Protetor Auricular CA 5745	EM SILICONE;TIPO: PROTETOR AURICULAR;DEFINE MEDIDAS: TAMANHO UNICO; COMPLEMENTOS: MOLDAVEL; ACESSORIOS: ACOMPANHA CAIXA PARA TRANSPORTE;	PAR	5439400	618290	120	R\$ 4,80	R\$ 576,00

3	Óculos de segurança - CA 42719	Oculos de Protecao; Destinado para Serviços Gerais; Composto de Armacao, Lente e Haste Elastica; Com Armacao Em Polipropileno; Com Hastes Em Elastico; Haste Fixada Atraves de Fivela; Lente Devera Ser Em Policarbonato; Resistente a Impactos de Particulas Volantes, respingo de Liquidos e Poeira; Com Capacidade de Absorver No Minimo 99,9% de Raio Uva e Uvb; o Oculos Devera Proporcionar Visao Panoramica e Periférica; Com Lente Na Cor Incolor; Embalado Individualmente Em Embalagem Que Garanta a Integralidade do Produto; Com Garantia Total de No Minimo 12 Meses; e Suas Condições Deverao Atender a Norma Ansi /isea Z87.1-2015;	UNID	5992966	601715	24	R\$ 18,09	R\$ 434,16
---	--------------------------------	--	------	---------	--------	----	-----------	------------

Lote 3 – EPI Não Descartáveis – Entrega parcelada total de R\$ 2.554,80 (dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).

ITEM	Material / Objeto	Descrição	Unidade de Medida	Código BEC / SIAFISICO	Código Sistema Compras	Quantidade	Preço Unitário	Valor total
1	Bota de Segurança CA 11895	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Nobuck Hidrofugado; Cor Café; Modelo Unisex; Fechamento Com Cadarço Redondo Em Poliester Na Cor Café, Com Pondeira Resinada; Cano Curto; Solado Em Bidensidde Pu/tpu; Solado Injetado Diretamente No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Aramida Antiperfurante; Palmilha Higiénica Antibacteriana; Biqueira Em Composite Com 200j; Atendendo Exigencia de Segurança Conforme Nbr 20345, 20346;	PAR	6525377	271150	12	R\$212,90	R\$2.554,80

O somatório dos valores estimados por lote perfaz o valor global da contratação, no montante de R\$ (sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), 7.699,64 destinado exclusivamente ao planejamento da contratação, sem caráter vinculante para a Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução adotada no presente Estudo Técnico Preliminar foi estruturada de forma a conciliar a necessidade de atendimento tempestivo das unidades demandantes com as características específicas dos materiais objeto da contratação, não se configurando parcelamento indevido da solução, mas sim a adoção de regimes de fornecimento distintos, tecnicamente justificados.

De modo geral, os materiais que compõem os Lotes 1 e 2, correspondentes aos equipamentos de proteção descartáveis e não descartáveis de uso comum, possuem natureza padronizada, consumo direto e aplicação imediata nas rotinas administrativas, técnicas e operacionais da Secretaria. Para esses itens, concluiu-se que não é recomendável o parcelamento do fornecimento, uma vez que a entrega integral e imediata é essencial para assegurar a continuidade das atividades institucionais, evitar desabastecimento pontual e garantir o adequado cumprimento dos cronogramas previstos, especialmente no âmbito das atividades arquivísticas e das ações externas realizadas pelas unidades demandantes.

Por outro lado, o Lote 3 – Botas de segurança apresenta características distintas, por tratar-se de item de uso individualizado, cuja aquisição depende da numeração específica dos servidores usuários. Nessa situação, o fornecimento parcelado, sob demanda, mostra-se não apenas adequado, mas necessário, visto que a entrega integral em remessa única poderia resultar em inadequação do material, desperdício de recursos públicos ou necessidade de ajustes posteriores. Importa destacar que esse parcelamento limita-se exclusivamente à forma de entrega do lote específico de botas de segurança, não afetando a unidade da contratação nem caracterizando fracionamento do objeto. O quantitativo total desse lote foi devidamente estimado no planejamento da contratação, estando o fornecimento sob demanda condicionado aos limites máximos definidos, o que assegura previsibilidade, controle e regularidade na execução contratual.

Dessa forma, a solução adotada corresponde a um modelo parcialmente parcelado de forma técnica e justificada, que preserva a eficiência do fornecimento imediato dos materiais de uso comum e, simultaneamente, assegura flexibilidade operacional para itens de uso individualizado. Tal modelagem revela-se a alternativa mais adequada para o atendimento da necessidade identificada, em consonância com o planejamento da contratação, as práticas de mercado e o interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação integra o planejamento geral da Administração voltado ao atendimento das necessidades de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e demais materiais de uso comum, conforme demandas formalizadas por diversas unidades administrativas da Secretaria, no âmbito do levantamento realizado para o exercício correspondente.

Embora parte dos materiais a serem adquiridos possa ser utilizada como apoio às atividades arquivísticas em execução no âmbito da Administração, inclusive em ações desenvolvidas em conjunto com serviços especializados contratados, a presente contratação não se caracteriza como vinculada, condicionada ou interdependente de contratos específicos. O seu escopo possui natureza ampla e transversal, destinada a atender, de forma integrada, as necessidades recorrentes das diferentes unidades administrativas, técnicas e operacionais da Secretaria.

Ressalta-se que a demanda por EPIs foi apresentada por mais de uma unidade administrativa, incluindo aquelas que realizam atividades internas, técnicas, operacionais e externas, o que reforça o caráter institucional e não exclusivo da contratação. Nesse sentido, a solução foi estruturada de forma a garantir o atendimento global das necessidades identificadas, preservando a autonomia do planejamento e da execução

contratual.

Dessa forma, a contratação foi concebida como autônoma, não atrelada a instrumentos contratuais específicos, permitindo maior flexibilidade administrativa, racionalização do fornecimento e melhor gestão dos recursos públicos, por meio de procedimento licitatório único e planejado.

Assim, a presente contratação atende ao interesse público ao assegurar condições materiais adequadas para a execução contínua das atividades administrativas, técnicas e operacionais das unidades da Secretaria, inclusive aquelas que eventualmente demandem apoio indireto às ações em curso, sem comprometer a independência do planejamento, da gestão e da fiscalização contratual.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento de Contratações Anual (PCA) da Administração, integrando o planejamento para a aquisição de bens de consumo necessários ao atendimento das demandas das unidades administrativas da Secretaria, de forma integrada, estruturada e compatível com as diretrizes institucionais vigentes.

A contratação decorre de levantamento consolidado das demandas institucionais, contemplando tanto as atividades finalísticas quanto as atividades de apoio administrativo, técnico e operacional, com vistas a assegurar condições materiais adequadas para a execução regular das rotinas ao longo do período de referência. A organização do objeto por lotes reflete a estratégia de planejamento adotada pela Administração, voltada à racionalização do fornecimento, à padronização dos materiais e à maior eficiência na gestão contratual.

Ressalta-se que a demanda está contemplada no PCA, com previsão orçamentária compatível com o escopo da contratação, tendo sido realizados os ajustes necessários no planejamento financeiro para viabilizar o atendimento integral das necessidades identificadas, observados os limites e diretrizes da programação orçamentária vigente.

Nesse contexto, os valores estimados para a contratação foram considerados no planejamento anual, assegurando a compatibilidade entre a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e a execução da despesa, em consonância com os princípios do planejamento, da previsibilidade e da responsabilidade fiscal.

Dessa forma, a contratação mostra-se plenamente alinhada aos objetivos institucionais e ao planejamento operacional da Secretaria, viabilizando o atendimento das demandas por meio de procedimento licitatório regular, em conformidade com as diretrizes do planejamento das contratações públicas, contribuindo para a continuidade, a eficiência e a regularidade das atividades administrativas e técnicas desenvolvidas no âmbito da Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proposta proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, ao viabilizar a execução planejada das aquisições previstas no Planejamento de Contratações Anual, assegurando o atendimento coordenado e estruturado das demandas apresentadas pelas unidades administrativas da Secretaria.

Como resultado principal, a aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual e demais materiais de uso comum permitirá a disponibilização adequada e tempestiva de insumos essenciais ao desenvolvimento das atividades administrativas, técnicas, operacionais e externas, garantindo condições apropriadas de trabalho aos servidores e contribuindo para a segurança, a saúde ocupacional e a regularidade das rotinas institucionais ao longo do exercício de 2026.

A adoção de solução estruturada por lotes e com regimes de fornecimento compatíveis com a natureza dos materiais possibilitará maior eficiência logística e operacional, assegurando a entrega imediata dos itens de uso comum e, simultaneamente, a flexibilidade necessária para o fornecimento sob demanda dos itens de uso individualizado, como as botas de segurança. Tal modelagem contribui para o uso racional dos recursos públicos, evitando aquisições inadequadas e promovendo melhor adequação dos materiais à finalidade de uso.

A contratação também favorecerá a padronização dos materiais utilizados pelas unidades, reduzindo a heterogeneidade dos insumos, simplificando os procedimentos de gestão, fiscalização e controle contratual, além de conferir maior previsibilidade às unidades demandantes quanto à disponibilidade dos materiais necessários à execução de suas atividades.

Outro benefício relevante está relacionado à prevenção de impactos operacionais, como interrupções de atividades, atrasos na execução de serviços e riscos decorrentes da ausência de equipamentos de proteção adequados, especialmente nas rotinas arquivísticas e nas ações externas realizadas por unidades técnicas da Secretaria.

Adicionalmente, a contratação contribuirá para o aprimoramento do planejamento institucional, ao alinhar as necessidades das unidades, a disponibilidade orçamentária e a execução contratual, promovendo maior integração entre planejamento, execução e controle das contratações públicas.

Dessa forma, os benefícios esperados com a contratação refletem-se no fortalecimento da capacidade operacional da Secretaria, na melhoria das condições de trabalho das unidades envolvidas, na eficiência da aplicação dos recursos públicos e no atendimento ao interesse público, por meio de uma solução planejada, eficiente e compatível com os objetivos institucionais da Administração.

13. Providências a serem Adotadas

Caberá ao Departamento de Aquisições e Contratações adotar as providências administrativas necessárias à condução regular e eficiente do processo de aquisição, de modo a assegurar a conclusão da contratação em prazo compatível com o planejamento estabelecido, observadas as etapas próprias do procedimento licitatório. As ações deverão priorizar a adequada instrução processual, a formalização da contratação e o acompanhamento da execução contratual, em consonância com o Plano de Contratações da Administração.

Paralelamente, a equipe responsável pelo almoxarifado, em articulação com os gestores e fiscais designados para a contratação, estará organizada e estruturada para o recebimento, conferência, registro, guarda e controle dos materiais adquiridos, observadas as especificações técnicas e as condições estabelecidas nos instrumentos da contratação.

Ressalta-se que os gestores e fiscais do contrato, no âmbito de suas atribuições, também serão responsáveis por acompanhar e operacionalizar a entrega e a distribuição dos materiais às unidades demandantes, conforme as solicitações apresentadas e as necessidades identificadas, especialmente no que se refere aos itens fornecidos sob demanda. Essa atuação abrange a verificação do atendimento às condições contratuais, o controle das quantidades distribuídas e o registro das entregas efetuadas.

A atuação coordenada no âmbito do Departamento de Aquisições e Contratações, por meio de suas equipes técnicas, gestores e fiscais designados, permitirá a adequada logística de recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos materiais, assegurando sua disponibilização oportuna às unidades administrativas, técnicas e operacionais da Secretaria.

Dessa forma, as providências adotadas de forma integrada e planejada contribuem para a regularidade da execução contratual, a mitigação de riscos operacionais, a rastreabilidade do fornecimento e o atendimento eficiente das demandas institucionais, em consonância com o interesse público.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação refere-se à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e demais materiais de uso comum, os quais se caracterizam como bens de consumo padronizados, amplamente utilizados pelas unidades administrativas da Secretaria no desenvolvimento de suas atividades institucionais. A utilização desses materiais, quando observadas as orientações de uso e descarte adequadas, não gera impactos

ambientais significativos, nem envolve processos produtivos ou atividades com elevado potencial de degradação ambiental no âmbito da Administração.

Os materiais a serem adquiridos deverão atender às normas ambientais vigentes e, quando aplicável, às diretrizes estabelecidas em legislação específica, especialmente no que se refere à logística reversa. Nesse contexto, serão observadas as disposições relacionadas ao descarte ambientalmente adequado de embalagens, materiais plásticos, componentes recicláveis e demais resíduos passíveis de reaproveitamento ou reciclagem, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas pertinentes.

No caso específico dos equipamentos de proteção descartáveis, integrantes de lote próprio, o uso controlado e o descarte adequado contribuem para a mitigação de impactos ambientais associados ao consumo, cabendo à Administração orientar as unidades quanto às boas práticas de utilização e destinação final desses materiais. Para os equipamentos não descartáveis e de uso prolongado, a durabilidade e a correta utilização reduzem a necessidade de substituições frequentes, contribuindo para o uso racional dos recursos.

Adicionalmente, a definição de quantitativos compatíveis com a demanda prevista, aliada ao controle de recebimento, guarda e distribuição dos materiais no âmbito do Departamento de Aquisições e Contratações, contribui para a redução de desperdícios e para a gestão eficiente dos insumos, mitigando potenciais impactos ambientais decorrentes do consumo excessivo ou inadequado.

Dessa forma, os impactos ambientais associados à presente contratação são considerados mínimos, previsíveis e adequadamente mitigáveis, não comprometendo a viabilidade da solução proposta nem os objetivos institucionais da Administração, estando a contratação alinhada às boas práticas de sustentabilidade, uso racional de recursos e responsabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação proposta mostra-se tecnicamente, operacionalmente e economicamente viável, considerando a natureza do objeto, o contexto institucional da demanda e o planejamento adotado pela Administração ao longo do Estudo Técnico Preliminar.

Sob o aspecto técnico, os itens a serem adquiridos caracterizam-se como Equipamentos de Proteção Individual e materiais de uso comum, classificados como bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, atendendo às normas técnicas e aos requisitos de qualidade, segurança e funcionalidade aplicáveis. As especificações definidas são compatíveis com as necessidades das unidades administrativas da Secretaria e não demandam desenvolvimento de soluções específicas ou customizações que inviabilizem ou encareçam a contratação.

Do ponto de vista operacional, a solução adotada demonstra plena aderência às demandas institucionais identificadas. A organização do objeto por lotes e a adoção de regimes de fornecimento compatíveis com a natureza dos materiais — entrega imediata para itens de uso comum e fornecimento parcelado sob demanda para itens de uso individualizado — conferem eficiência logística, previsibilidade e flexibilidade na execução contratual. Tal modelagem assegura o atendimento tempestivo das unidades administrativas, técnicas e operacionais, inclusive aquelas que desenvolvem atividades externas e rotinas arquivísticas, sem comprometer a gestão, o controle ou a fiscalização do contrato.

No âmbito administrativo e de governança, a contratação apresenta viabilidade consistente, uma vez que se encontra alinhada ao Planejamento de Contratações Anual da Administração, com previsão orçamentária compatível e estrutura adequada para acompanhamento da execução contratual. O Departamento de Aquisições e Contratações detém as condições organizacionais necessárias para o recebimento, conferência, guarda e distribuição dos materiais, bem como para a atuação dos gestores e fiscais designados, assegurando rastreabilidade, controle e adequada destinação dos insumos às unidades demandantes.

Sob o aspecto econômico, a solução revela-se vantajosa ao adotar quantitativos estimados compatíveis com a demanda projetada para o exercício de 2026, evitando tanto o desabastecimento quanto a aquisição excessiva de materiais. A contratação por procedimento licitatório, estruturada por lotes de itens tecnicamente afins, favorece a competitividade, a padronização do fornecimento e a racionalização dos recursos públicos, em consonância com as práticas usuais de mercado e os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

Adicionalmente, a contratação não apresenta impactos ambientais relevantes, sendo os eventuais efeitos associados ao consumo devidamente mitigáveis por meio do uso racional dos materiais, da adequada gestão dos resíduos e da observância às diretrizes de logística reversa, quando aplicáveis, o que reforça a viabilidade ambiental da solução proposta.

Dessa forma, considerando o conjunto dos aspectos técnicos, operacionais, administrativos, econômicos e ambientais analisados, conclui-se que a contratação é plenamente viável, adequada e necessária para assegurar condições materiais compatíveis com o desempenho das atividades institucionais da Secretaria, atendendo ao interesse público e às diretrizes do planejamento das contratações públicas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Contratação viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, alinhada ao PCA, atendendo às demandas das atividades-fim e meio da Secretaria.

ROBERTO EIITIRO YAMAGUCHI
Equipe de apoio

ANEXO III – CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL

PORTARIA Nº 52 SCEIC, DE 14 DE MAIO DE 2024.

Regulamenta a forma de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

O Chefe de Gabinete da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por intermédio da Resolução nº 18 SCEIC, de 02 de maio de 2024, que dispõe sobre delegação de competências à Chefia de Gabinete, e em face do disposto nos Art.s 90, §5º, 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, **RESOLVE**:

Capítulo I – DA DISPOSIÇÃO INICIAL

Art. 1º - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas aos fornecedores, nos termos da Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo.

Capítulo II – DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I – multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria;

II – multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria;

III – entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento ou de execução;

IV – valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, inferior a 03 (três) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo – UFESP;

V – instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato ou Nota de Empenho (NE).

Capítulo III – DAS INFRAÇÕES

Art. 3º - O licitante, fornecedor ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo comprovado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013 que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências;

XIII - atrasar injustificadamente a execução do contrato ou instrumento equivalente.

Capítulo IV – DAS SANÇÕES

Art. 4º - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Portaria as seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa contratual;

III – multa de mora;

IV - impedimento de licitar e contratar;

V - declaração de idoneidade para licitar ou contratar.

§1º - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implementação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2º - A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§3º - A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer infração administrativa.

§4º - Para a apuração da multa contratual tratada no parágrafo anterior, será utilizado como base de cálculo o valor correspondente à parte inexecutada da obrigação, exceto na hipótese em que a parcela não entregue do objeto contratual tornar inviável o aproveitamento ou utilização da parcela já entregue, caso em que o percentual da multa a ser aplicada incidirá sobre o valor total e atualizado do objeto contratual em questão.

§ 5º - A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 3º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

§ 6º - A sanção prevista no inciso V do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §5º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

§7º - As sanções previstas nos incisos I, IV e V do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista nos incisos II e III do caput deste artigo, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pela Administração.

§ 8º - A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo poderá ser aplicada cumulativamente com quaisquer outras previstas nos demais incisos.

§ 9º - Se a multa contratual aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 10º - A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 5º - A aplicação da penalidade de multa de mora prevista no inciso III do Art. 4º será calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, observando-se o §8º do mesmo artigo, a relação proporcional dos dias de atraso com o prazo de entrega ou execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

I - Para atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,15% (quinze décimos por cento) por dia de atraso;

II - Para atraso entre 25,01 (vinte e cinco inteiros e um décimo por cento) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o

cumprimento da obrigação: multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso;

III - Para atraso entre 50,01 (cinquenta inteiro e um décimo por cento) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;

IV - Para atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso.

§1º - O percentual de atraso será obtido por meio da divisão do número de dias de atraso pelo prazo contratualmente estabelecido e, posteriormente, multiplicado por 100 (cem), com arredondamento em duas casas decimais.

§2º - A multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá exceder 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

§3º - Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada for inferior a 1% (um por cento) do prazo previsto para o cumprimento da obrigação, bem como naqueles em que o valor da multa apurada se revele ínfimo ou não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, dispensar a aplicação da multa moratória.

§4º - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, se for o caso, cobrada judicialmente, sem prejuízo da inscrição do débito no CADIN Estadual – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Estadual.

Art. 6º - Nos termos do inciso VI do art. 3º, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas nesta Portaria e à imediata perda da garantia proposta em favor da Secretaria.

Art. 7º - Na hipótese da infração prevista no inciso VII do art. 3º, com o atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente ou da entrega do objeto sujeitará o contratado, sem prejuízo das demais sanções, à multa de mora, aplicada na forma prevista nesta Resolução.

§ 1º - A contagem dos prazos de execução dos contratos será prescricional, utilizando-se dias corridos, iniciando-se a partir do início da vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

§ 2º - A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Art. 8º - Independentemente da aplicação das sanções estabelecidas no Art. 4º, o contratado ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços, verificada numa nova contratação feita no mercado, hipótese em que serão descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

Art. 9º - No caso de haver recusa do material ou do serviço, por parte desta Pasta, a contratada deverá, no prazo determinado, por ocasião da comunicação da recusa, substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de caracterização de inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

Capítulo V – DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES E FASE RECURSAL

Art. 10 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do artigo 4º desta Portaria, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

Art. 11 – A aplicação das sanções previstas nos incisos IV e V do caput do Art. 4º desta Portaria requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais Servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 12 - A Secretaria deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação das sanções previstas nos incisos IV e V do caput do artigo 4º, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Banco de Sanções através do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único - As sanções aplicadas por esta Secretaria serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atenção ao artigo 174, inciso I da Lei n.º 14.133/2021.

Art. 13 - A aplicação das sanções de multa contratual, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§1º - No caso das sanções de advertência e multa de mora, a comunicação realizar-se-á por meio de correspondência devidamente formalizada à contratada, dispensada a sua publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§2º - No primeiro dia útil subsequente ao da publicação da multa, observar-se-á o seguinte procedimento:

a) na inexecução parcial do contrato, o valor apurado será descontado por ocasião do pagamento correspondente aos créditos a que o contratado tiver direito;

b) na inexecução total do contrato, o contratado deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar o recolhimento do valor apurado, por meio de depósito na Conta Corrente desta Secretaria, que será indicada na comunicação à contratada.

§3º - Caso não seja efetuado o recolhimento do valor da multa na forma prevista na alínea "b" do parágrafo anterior, esta Pasta providenciará a inscrição do débito no CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Estadual e a sua cobrança judicial.

Art. 14 - As sanções previstas nesta Portaria deverão ser aplicadas pelas autoridades competentes, formalmente designadas, observados os limites das competências que lhes foram delegadas.

Art. 15 - A competência para aplicação da sanção prevista no inciso V do caput do artigo 4º é exclusiva do Chefe de Gabinete, que poderá aplicá-la precedida de análise jurídica da Procuradoria Geral da Secretaria.

Art. 16 - Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do artigo 4º desta Resolução, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis contado da data da intimação.

Art. 17 - Da aplicação da sanção prevista no inciso V do artigo 4º desta Resolução caberá pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 18 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 - Os instrumentos convocatórios deverão fazer referência à presente Portaria.

Parágrafo Único - Todos os contratos e instrumentos administrativos equivalentes deverão mencionar expressamente a presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexistência de licitação.

Art. 20 - Para a sanção prevista no inciso II do caput do Art. 4º desta Portaria, a critério da autoridade competente, poderão ser estipuladas cláusulas sancionatórias específicas no instrumento convocatório e no contrato, visando atender às especificidades do objeto, desde que respeitadas as regras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 21 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, na data da assinatura digital.

DANIEL S. RODRIGUES
Chefia de Gabinete
Chefe de Gabinete

ANEXO IV – MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

Orçamento nº xxxxxxxx

DATA DA EMISSÃO DA PROPOSTA: ____ / ____ / ____

Ao Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na, nº, Bairro, Cidade, Estado, por intermédio de seu representante legal, portador do RG nº e do CPF nº, apresenta proposta em conformidade com o Edital e demais anexos, com os seguintes valores:

Lote 1						
Item	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	VALOR
1	Máscara de proteção descartável, confeccionado em 100% polipropileno, medindo aproximadamente 0,80 x 0,20 M; com tripla camada (duas camadas externas e uma camada interna com filtro bacteriano e gramatura de 30), elástico revestido em toda a sua extensão facilitando assim sua colocação, de uso individual, não estéril; rotulagem respeitando a legislação atual.	Caixa com 50 unidades		R\$		R\$

2	<p>Avental Descartável em Não Tecido (TNT), laminado, gramatura mínima de 30 Gr; acabamento em perfeito estado; impermeável; respirável; maleável; livre de furos; atóxico; hipoalergênico; manga longa, punho ajustável em malha, velcro ou similar ; medindo 120 x140 Cm (CXL); decote com viés; fechamento posterior por tira ou fitilho no pescoço e nacintura; não estéril; acondicionado em material apropriado que garanta a integridade do produto e devera obedecer a legislação vigente</p>	<p>Pacote com 10 Unidades</p>		R\$	R\$
3	<p>Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No ; Na Cor Tamanho Grande Azul; para Proteção de Usuário de Agentes Químicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro; Devera Resistir a Produtos Químicos; Acabamento Livre de Látex, Sem Talco, Ambidestra, Com Sensibilidade Tátil e Dedos Micro texturizados; e Suas Condições Deverão Atender a Norma ABNT Nbr Iso 374 1: 2018, Bs En 16523-1: 2015+a1:2018, Din En 420/2010 + A1:2009 Iso 37; Deverá Ter Certificado de Aprovacao do Ministerio do Trabalho e Emprego Valido</p>	<p>Caixa com 100 unidades</p>		R\$	R\$
4	<p>Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No ; Na Cor Tamanho Médio Azul; para Protecao de Usuario de Agentes Quimicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro;</p>	<p>Caixa com 100 unidades</p>		R\$	R\$
5	<p>Luva de Segurança; Em Borracha Nitrilica; No; Na Cor Tamanho GG Azul; para Protecao de Usuario de Agentes Quimicos; Cano Curto; Com Punho Com Bainha; Dorso Liso; Palma Lisa; Sem Forro; Devera Resistir a Produtos Químicos; Acabamento Livre de Latex, Sem Talco, Ambidestra, Com Sensibilidade Tátil e Dedos Micro texturizados; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Abnt Nbr Iso 374-1: 2018, Bs En 16523-1: 2015+a1:2018, Din En 420/2010 + A1:2009 Iso 37; Devera Ter Certificado de Aprovacao do Ministerio do Trabalho e Emprego Valido</p>	<p>Caixa com 100 unidades</p>		R\$	R\$

6	Luva para Procedimento; Em Vinil; Com Textura Uniforme, sem Falhas e Com Espessura de 0,13 Mm; Semidescartavel; Nao Talcada; No Tamanho Medio; Transparente; Com Punho Acabado de Mesmo Material Que a Luva; Cano Com 24 Cm de Comprimento; Sem Forro; para Protecao de Usuario Contra Agentes Biologicos, Sem Restricao para Fluidos Corporais; Embalado Em Material Apropriado Que Garanta a Integridade do Produto Até o Uso; o Produto Deverá Ser Entregue Acompanhado do Ca,e Respeitando a Legislação Vigente;	Caixa com 100 unidades		R\$	R\$
---	--	------------------------	--	-----	-----

Lote 2					
Item	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Capacete de Segurança modelo 3M H700 – CA 29637 (Com Jugular). Capacete de Segurança; Com Casco Confeccionado Em Polietileno de Alta Densidade; Modelo Aba Frontal , Na Cor Branca; No Tamanho Unico, Tira de Absorcao de Calor Com 6 Pontos de Sustentacao a Carneira e Jugular; Suspensao Da Armacao Interna Composta de Cinta Dupla de Poliamida; Antialergica; Confeccionadas Em Polietileno e Poliamida; Tira Absorvente Removivel, Lavavel e Substituivel; Com Tira Jugular Ajustavel; Sem Tira Na Nuca; Classe b Tipo Ii; Protecao Contra Impactos de Objetos Sobre o Cranio e Contra Choques Eletricos; Com Certificado de Aprovacao Válido do Ministerio do Trabalho e Emprego; Suas Condicoes Deverao Atender Plenamente a Norma Norma Nbr 8221/2003;	12		R\$	R\$
2	protetor auricular ca 5745. em silicone;tipo: protetor auricular;define medidas: tamanho unico; complementos: moldavel; acessorios: acompanha caixa para transporte;	120		R\$	R\$

3	Óculos de segurança - CA 42719. Oculos de Protecao; Destinado para Serviços Gerais; Composto de Armacao, Lente e Haste Elastica; Com Armacao Em Polipropileno; Com Hastes Em Elastico; Haste Fixada Atraves de Fivela; Lente Devera Ser Em Policarbonato; Resistente a Impactos de Particulas Volantes, respingo de Liquidos e Poeira; Com Capacidade de Absorver No Minimo 99,9% de Raio Uva e Uvb; o Oculos Devera Proporcionar Visao Panoramica e Periférica; Com Lente Na Cor Incolor; Embalado Individualmente Em Embalagem Que Garanta a Integralidade do Produto; Com Garantia Total de No Minimo 12 Meses; e Suas Condiçoes Deverao Atender a Norma Ansi/isea Z87.1-2015;	24		R\$	R\$
---	---	----	--	-----	-----

Lote 3					
Item	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bota de Segurança CA 11895. Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Nobuck Hidrofugado; Cor Café; Modelo Unisex; Fechamento Com Cadarço Redondo Em Poliester Na Cor Café, Com Pondeira Resinada; Cano Curto; Solado Em Bidensidde Pu/tpu; Solado Injetado Diretamente No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Aramida Antiperfurante; Palmilha Higiénica Antibacteriana; Biqueira Em Composite Com 200; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345, 20346;	<u>12</u>		R\$	R\$

Telefone: (XX) _____ - _____

E-mail: _____@_____.com

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias corridos contados a partir da data da apresentação da proposta.

FORMA DE PAGAMENTO: 30 dias após a entrega da nota fiscal.

DADOS BANCÁRIOS: A empresa deverá informar dados bancários (nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente) da empresa.

· Banco do Brasil (Obrigatório): 001

· Agência (com dígito): _____ - _____

· Conta Corrente (com dígito): _____ - _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

NOME COMPLETO:

CPF:

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Abner Guimarães Ferreira Silva**, **Chefe de Departamento**, em 25/06/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0110997894** e o código CRC **D89B0B01**.